

REUNIÃO
Data/hora: 12 de abril de 2021 – 10h00 às 12h30
Local: Virtual (Teams)
Tema: Discussão referente as estimativas do CADÚNICO para população de pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua para operacionalização da vacinação Covid-19.
PARTICIPANTES MINISTÉRIO DA SAÚDE
Participantes SVS: 1. Caroline Gava - CGPNI/DEIDT/SVS/MS 2. Victor Bertollo Porto - CGPNI/DEIDT/SVS/MS
PARTICIPANTES EXTERNOS
1. Maria Yvelonia dos Santos Araujo Barbosa - Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS/MDS) 2. Heloiza de Almeida Prado Botelho Egas – SNAS/MDS 3. Marcia Pádua Viana – SNAS/MDS 4. Adeildo Nogueira Silva – SNAS/MDS
INFORMES/PAUTA
1. Levantamento de estimativas das pessoas com deficiência permanente e pessoas em situação de rua cadastradas no cadúnico; 2. Disponibilidade do banco de dados dos beneficiários do cadastro único (Cadúnico).
PONTOS DEBATIDOS
Victor - contextualização da operacionalização da vacinação no País, com as prioridades, etapas de vacinação dos grupos com maior risco de agravamento e óbito pela doença, seguido de grupos de maior vulnerabilidade, como as pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, e que necessitaríamos de apoio para direcionar a priorização da vacinação das pessoas com deficiência e de aprimorar a estimativa da população em situação de rua. Caroline - contextualização da proposta inicial de priorizar as pessoas com deficiência que são beneficiárias, concomitante à vacinação do grupo de comorbidades, considerando o grande volume de pessoas em ambos os grupos prioritários e entendendo que as pessoas beneficiárias estão em condições de maior vulnerabilidade. Refere da possibilidade de dispor dessas estimativas por UF e municípios. Maria e Heloiza – ressaltam da importância da discussão e parabenizam a iniciativa do Ministério da Saúde e do PNI. Referem que os departamentos dos cadastros são diferentes, mas não haverá dificuldades em dispor desses dados. Heloiza pergunta se apenas a disponibilização dos dados atenderia a necessidade do PNI ou espera-se algum suporte na operacionalização? Caroline reforça que a operacionalização fica a cargo das UF e municípios, mas que é de total interesse do PNI facilitar a rastreabilidade dessa população pelos atores da vacinação nos municípios, além de dispor das estimativas. Maria refere que é possível a interlocução com as gestões locais para facilitar a identificação dessas populações-alvo; articular com assessoria de comunicação também enquanto os dois Ministérios (Saúde e Cidadania). Marcia Viana responsável pelo departamento que trata das pessoas usuárias de serviços sociais (Pessoas com deficiência beneficiárias), pergunta se já há previsão de data para traçar a comunicação com as representatividades locais

Caroline coloca do ordenamento dos grupos e o momento atual da campanha, de forma que nas próximas semanas espera-se que a Campanha adentre no grupo-alvo de pessoas de 60 a 64 anos, para posteriormente dar início ao grupo de comorbidades e antecipar parcela do grupo de pessoas com deficiência. Desta forma, sugere que o quanto antes as estratégias forem definidas melhor.

Marcia sinaliza preocupação da fragmentação da vacinação da população de pessoas com deficiência a depender do critério adotado, por exemplo, iniciar a vacinação por pessoas que não dispõem de cuidadores ou delimitar algum tipo de deficiência. Questiona como se daria essa comunicação e o entendimento da população. Refere que o banco de cadastro possui algumas variáveis que podem ser úteis na estratificação das pessoas com deficiência.

Victor reforça a possibilidade do pré-cadastro dessas pessoas, o que pode desburocratizar a identificação e necessidade de comprovação de pertencer à categoria habilitada para vacinação nas unidades de saúde com acesso à internet.

Heloiza sugere que ao definir os critérios para a vacinação dessas populações, a mesma listagem seja encaminhada às referências da rede da Assistência Social para alinhamento das informações e apoio logístico caso haja necessidade de busca ativa e/ou apoio na identificação de locais para alcance dessas pessoas junto aos serviços locais.

Caroline questiona o quanto o cadastro abrange ou não a população-alvo, e que para definir as estratificações necessárias seria preciso saber das estimativas desses grupos para avaliar a operacionalização.

Márcia reforça que por conta do auxílio emergencial da pandemia houve um incremento considerável dos cadastrados. Em levantamento rápido durante a reunião apresenta que o BPC atende a 4.658.009 beneficiários, sendo que 2.170.344 (45,24%) são idosos e **2.550.665 (54,76%) são pessoas com deficiência**. E, até o mês de março de 2020, as gestões municipais cadastraram no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal **cerca de 150 mil pessoas em situação de rua em todo o Brasil**.

Maria sugere que façam uma reunião interna com os demais membros da equipe que trabalham esses dados para identificarem a melhor estratégia de dispor desses dados.

Caroline e Victor sugerem que complementarmente a equipe faça sugestões alternativas para critérios de priorização do grupo de pessoas com deficiência, dentro das definições estabelecidas no Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19 (PNO), adiantando que, considerando a estimativa de 2,5 milhões de pessoas previstas no BPC, provavelmente não será possível a vacinação desse estrato populacional em etapa única.

ENCAMINHAMENTOS

1. A equipe MDS diz ser possível dispor desse banco de cadastrados para realização do pré-cadastro da população em situação de rua e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.
2. A equipe do MDS fará reunião interna de alinhamento para estabelecer prazo do levantamento das estimativas e propostas alternativas. Irá dar retorno à CGPNI.
3. A equipe CGPNI irá reunir com o CONADE em 13/04/2021 e compartilhar dessas possibilidades.